



TESOURO NACIONAL

2019

# Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais

# Sumário

---

- 1 Panorama Fiscal dos Estados
- 2 Despesa de Pessoal
- 3 Panorama Fiscal dos Municípios
- 4 CAPAG
- 5 Regime de Recuperação Fiscal
- 6 Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal
- 7 Análise Crítica

# 1 Panorama Fiscal dos Estados

em milhões R\$

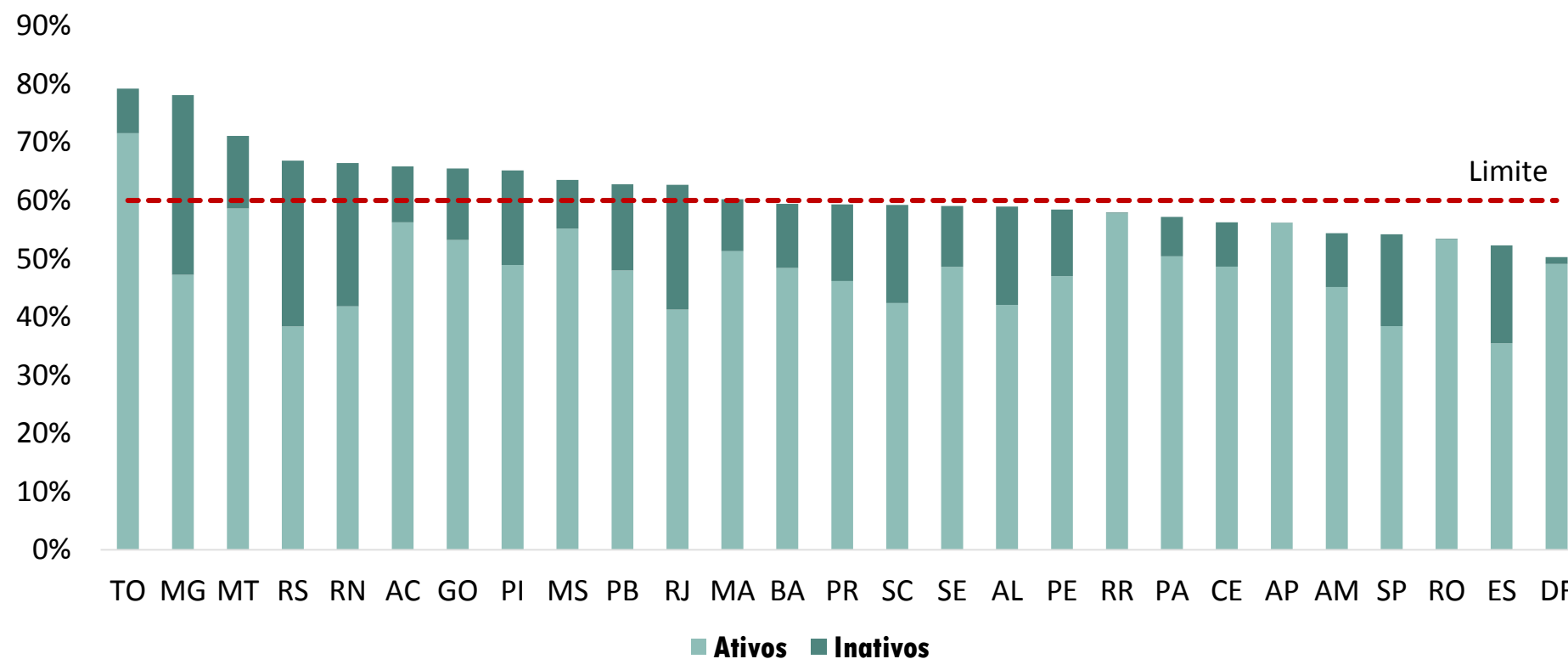
DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018	Varição 2017 - 2018
RESULTADO PRIMÁRIO EMPENHADO	-1.763	-2.827	-13.886	5.614	140,4%
RESULTADO PRIMÁRIO PAGO	16.650	14.087	15.774	18.500	17,3%
INSCRIÇÃO LÍQUIDA DE RESTOS A PAGAR	19.810	15.476	31.204	18.879	-39,5%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-19.144	-7.815	-20.305	-14.881	26,7%

Melhora na arrecadação

Despesas não empenhadas

## 2 Despesa de Pessoal

### Relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida (2018)



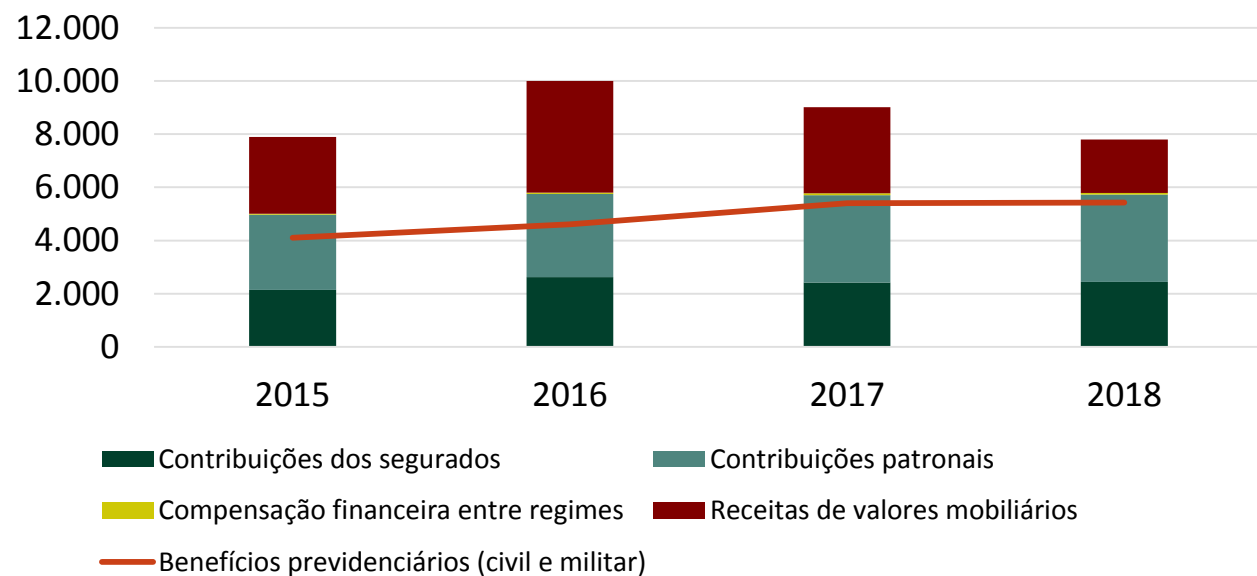
3 novos Estados acima do Limite:  
GO – PI – MA

## 2 Despesa de Pessoal

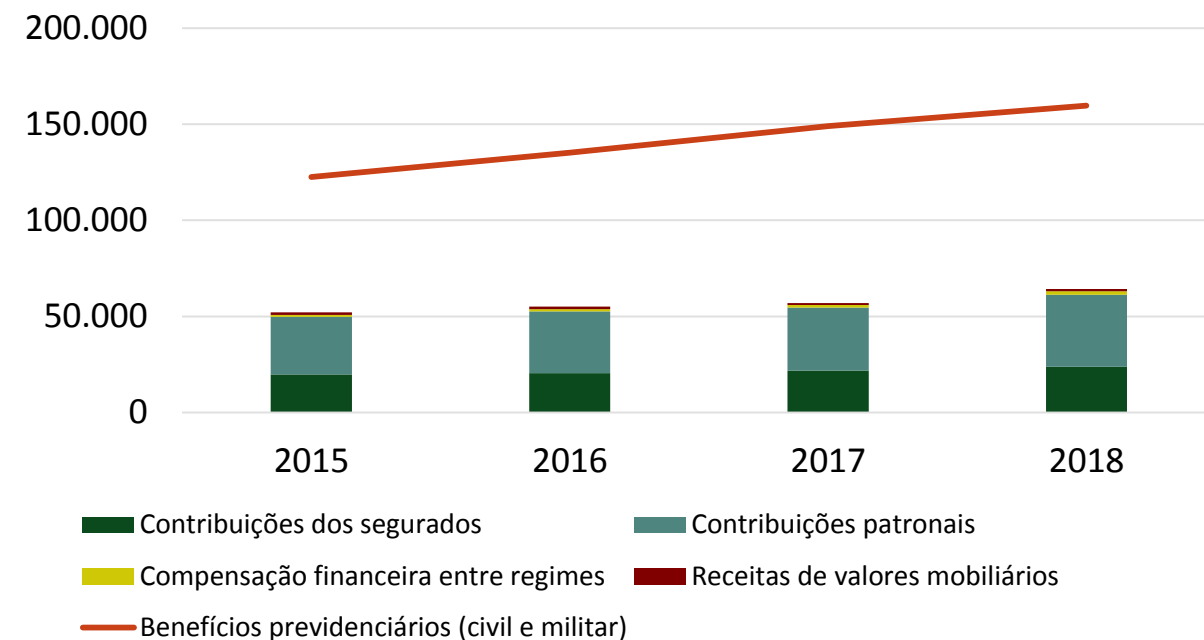
### Limite de alerta da Despesa Líquida com pessoal – Economia Potencial (milhões de R\$)

UF	Despesa Líquida com Pessoal Realizada (2018)	54% da RCL	Economia Potencial	UF	Despesa Líquida com Pessoal Realizada (2018)	54% da RCL	Economia Potencial
AC	3.192	2.617	575	PB	6.023	5.180	843
AL	4.701	4.306	395	PE	13.528	12.499	1.029
AM	7.398	7.347	51	PI	5.628	4.662	966
AP	2.727	2.622	106	PR	22.183	20.194	1.989
BA	19.745	17.944	1.801	RJ	35.988	30.997	4.991
CE	10.798	10.361	437	RN	6.199	5.039	1.160
DF	10.235	10.995	-	RO	3.711	3.750	-
ES	7.096	7.326	-	RR	2.080	1.939	141
GO	13.957	11.503	2.453	RS	26.032	21.020	5.011
MA	8.215	7.367	848	SC	13.427	12.237	1.190
MG	43.951	30.377	13.574	SE	4.306	3.937	369
MS	6.822	5.797	1.025	SP	82.686	82.352	334
MT	10.829	8.222	2.607	TO	5.696	3.883	1.813
PA	10.743	10.147	597	<b>Total</b>	<b>387.896</b>	<b>344.620</b>	<b>43.276</b>

## 2 Despesa de Pessoal - Previdência



Fontes de financiamento do Plano Previdenciário



Fontes de financiamento do Plano Financeiro

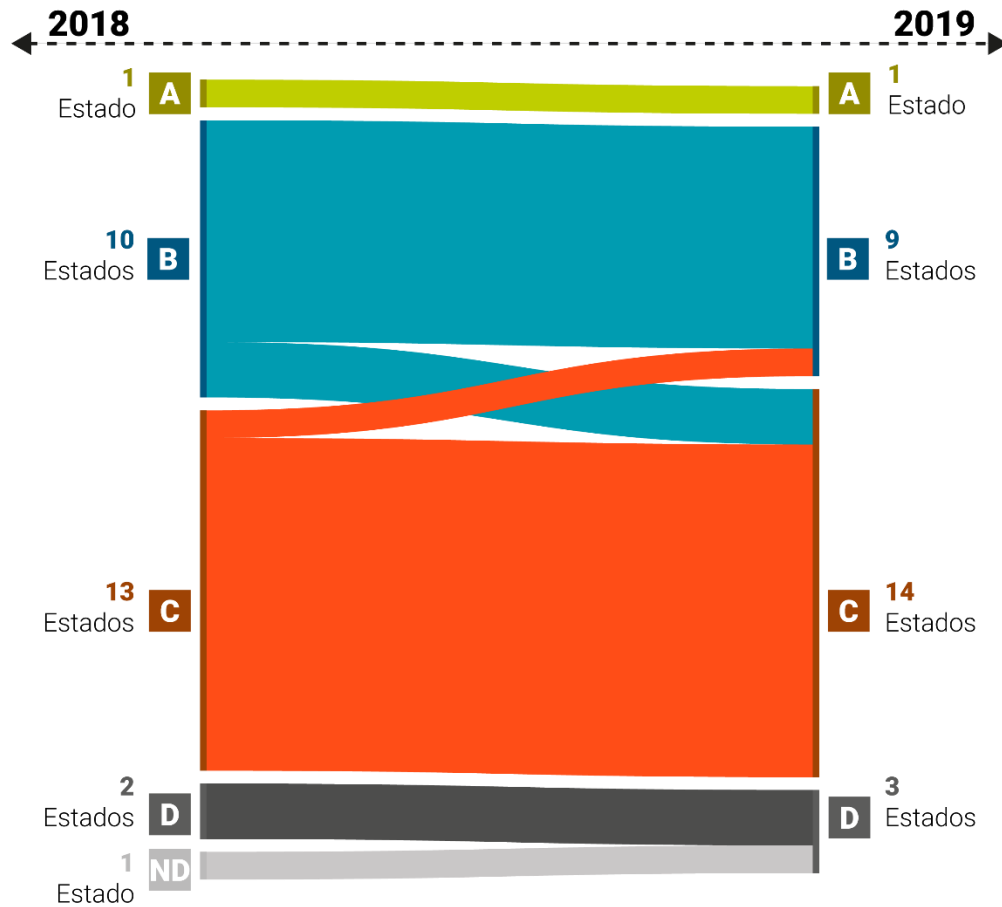
### 3 Panorama Fiscal dos Municípios

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Variação 2017 - 2018 (%)
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>579.335</b>	<b>623.282</b>	<b>7,59%</b>
Receitas de Arrecadação Própria	198.052	211.227	6,65%
ISS	54.164	61.528	13,60%
IPTU	34.276	43.788	27,75%
Outras	109.612	105.910	-3,38%
Recetias de Transferências	381.283	412.055	8,07%
FPM	86.068	89.919	4,48%
Participação no ICMS	103.634	110.091	6,23%
Participação no IPVA	19.791	20.961	5,91%
Outras	171.791	191.084	11,23%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>13.030</b>	<b>20.488</b>	<b>57,24%</b>
Operações de Crédito	3.990	5.455	36,69%
Outras	9.039	15.034	66,32%

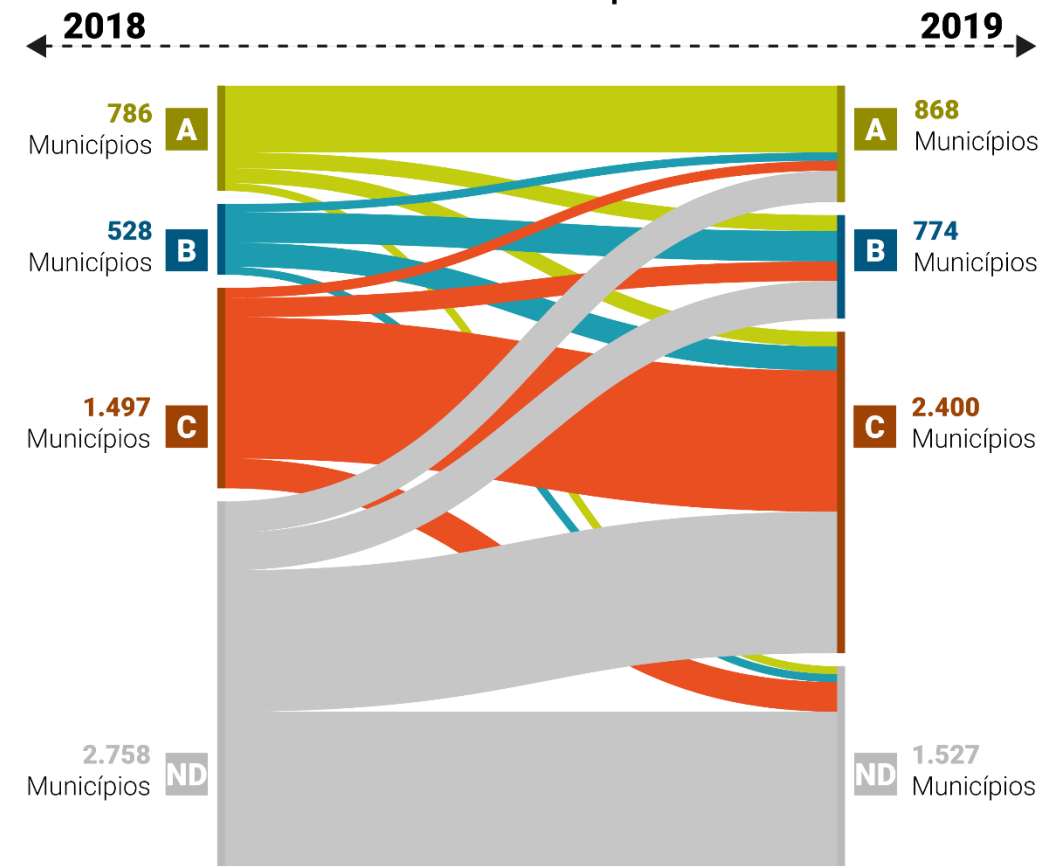
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	Variação 2017 - 2018 (%)
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>519.383</b>	<b>563.722</b>	<b>8,54%</b>
Pessoal	298.142	317.587	6,52%
Ativo	185.118	196.253	6,01%
Inativos	34.192	39.039	14,18%
Pensionistas	5.607	6.044	7,79%
Outras	73.225	76.251	4,13%
Juros e Encargos da Dívida	4.154	4.256	2,46%
Outras Despesas Correntes	217.087	241.879	11,42%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>38.134</b>	<b>49.397</b>	<b>29,53%</b>
Investimentos	26.037	36.876	41,63%
Inversões	1.104	700	-36,54%
Amortização da Dívida	10.994	11.820	7,52%
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>34.848</b>	<b>30.651</b>	<b>-12,04%</b>

# 4 CAPAG

**CAPAG Estados + DF**  
26 Estados + Distrito Federal

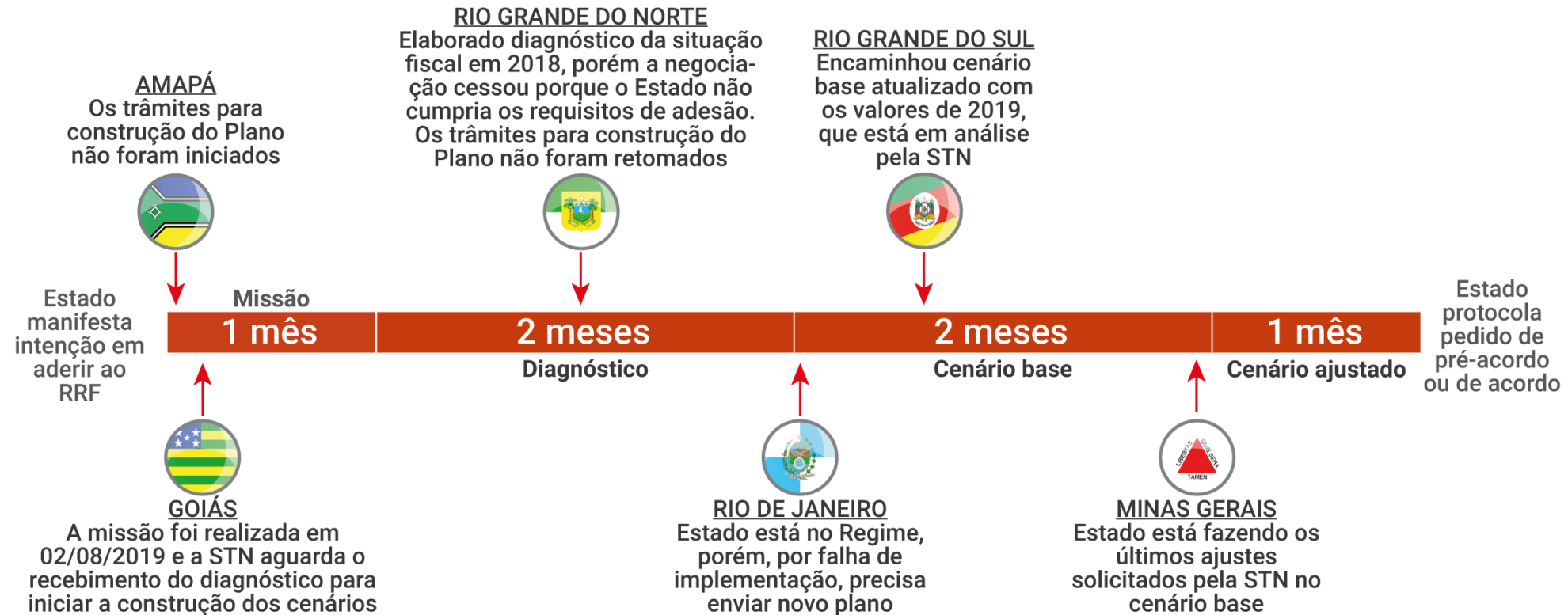


**CAPAG Municípios**  
5.569 Municípios





## 5 Regime de Recuperação Fiscal



Apenas MG atende aos critérios de elegibilidade

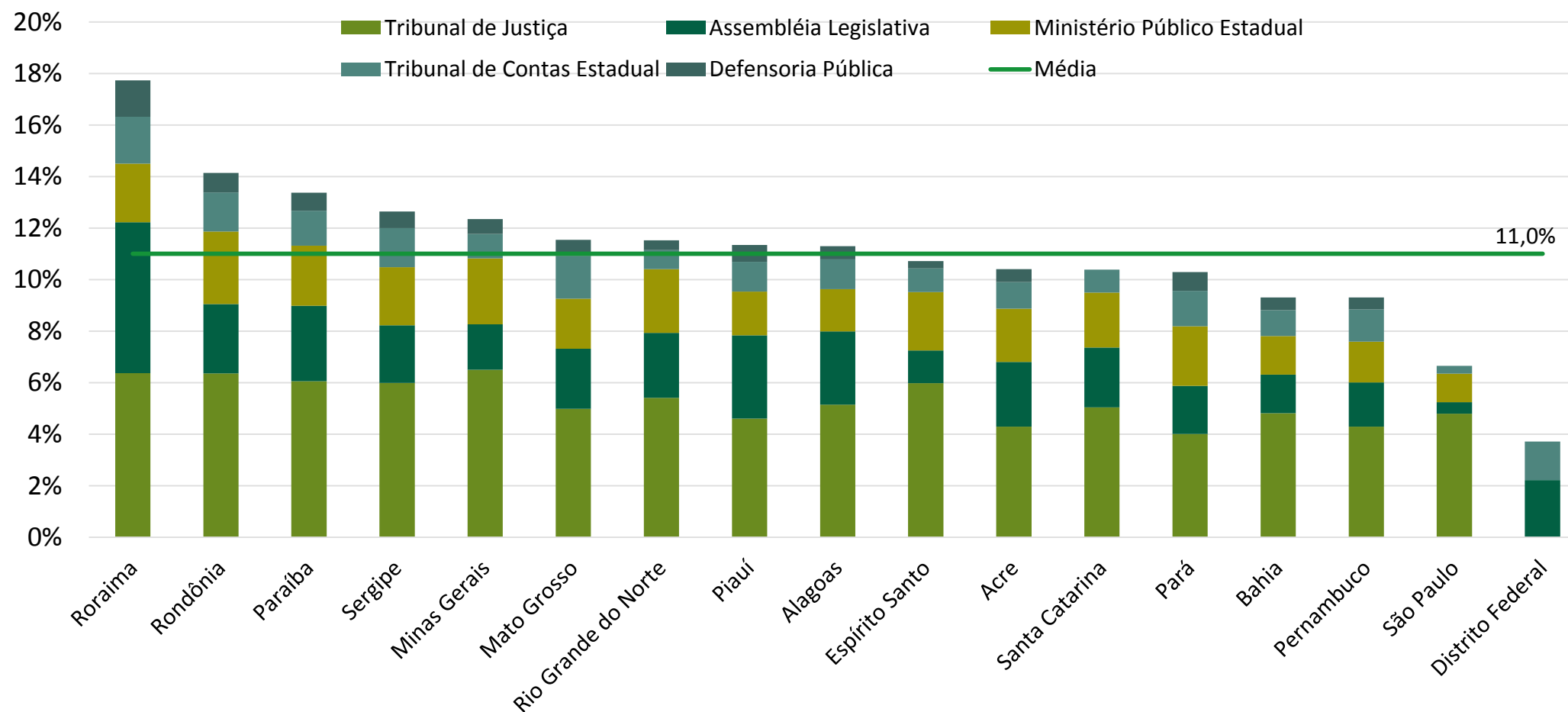
## 6 Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal

---

- Iniciativa do Governo Federal para incentivar Entes Subnacionais a equilibrar suas contas
- Permite que Entes sem capacidade de pagamento tenham acesso a empréstimos com garantia da União
- Operações de crédito no limite do esforço fiscal e abaixo de quem tem CAPAG B
- Condições de acesso flexíveis: o Ente escolhe quais medidas tomar dentre uma lista de medidas necessárias
- Não inviabiliza adesão ao RRF
- Situação do Projeto de Lei (PLP 149/2019): Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

## 7 Análise Crítica - Duodécimos

### Gasto com os Demais Poderes em relação ao total das Receitas Líquidas



## 7 Análise Crítica - Custo da Dívida Refinanciada

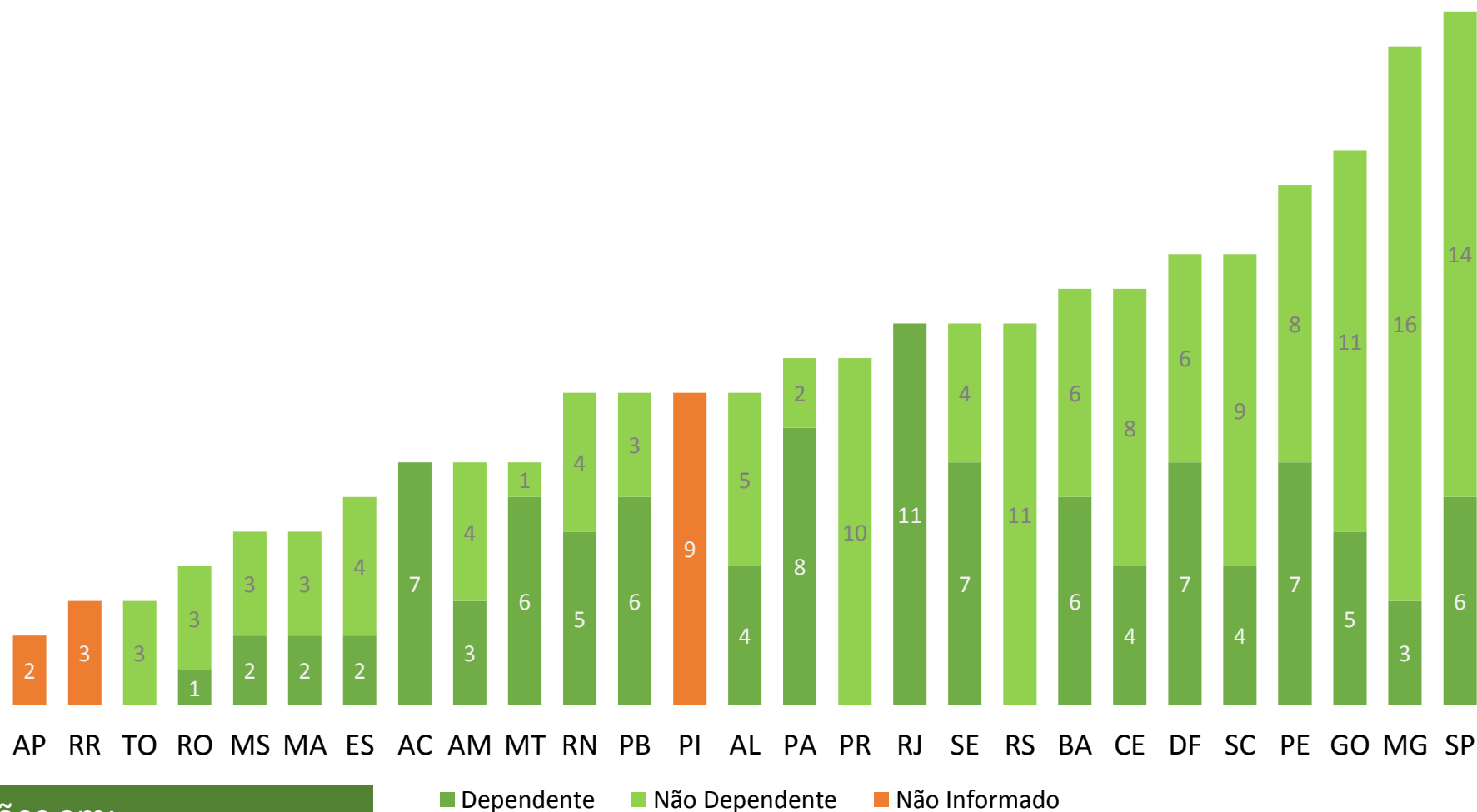
### Resumo das renegociações das dívidas da Lei 9.496/97 (Estados) e MP 2.185/01 (Municípios)

Entes	Custo de Captação em 1995/1999	Encargos Originais (valor em 1995/1999)	Encargos Após Renegociações	Redução no Saldo Devedor
Estados	53% a 57%	IGP-DI + 6% a.a. (22%)	Selic ou IPCA + 4%	0,32%
Municípios	35% a 40%	IGP-DI + 9% a.a. (31%)	Selic ou IPCA + 4%	60%

Municípios se beneficiaram mais da redução dos encargos e do saldo devedor

Estados se beneficiaram de desconto extraordinário nas parcelas e alongamento da dívida

## 7 Análise Crítica – Empresas Estatais



Mais informações em:

<https://tchilunda.github.io/estatais-estados/>

■ Dependente ■ Não Dependente ■ Não Informado



TESOURO NACIONAL

# Obrigado

[ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)